

Relatório de Governo Societário

2018



Relatório de Boas Práticas de Governo Societário
adotadas em 2018

IB – Agência para a Dinamização Económica, E. M.

I – ENQUADRAMENTO

A IB – Agência para a Dinamização Económica, E.M designada abreviadamente por InvestBraga, constituída em 1998 como empresa pública municipal ao abrigo da Lei nº 58/98, de 18 de agosto, rege-se pelo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, constante da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto e integra-se no setor público empresarial, cujos princípios e regras aplicáveis constam do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

O artigo 54.º do citado Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e a linha b) do n.º 2 do art.º 70.º do Código das Sociedades Comerciais preveem a existência de um Relatório Anual de Boas Práticas de Governo Societário, onde deverá constar informação atual e completa sobre todas as matérias reguladas pelo capítulo II do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

Este relatório é elaborado embora ainda não esteja prevista a introdução de algumas medidas de boas práticas a serem implementadas brevemente durante o processo de certificação da empresa.

Este relatório será submetido à apreciação do Fiscal Único da empresa para efeitos do cumprimento das suas competências legais e estatutárias.

II – MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS DA EMPRESA

1 – A InvestBraga tem como objeto principal a exploração de atividades de interesse geral e a promoção do desenvolvimento local e regional, por delegação da Câmara Municipal de Braga, através da prossecução de atividades com vista à dinamização económica da região de Braga, e de iniciativas que promovam a sua valorização, a internacionalização e a captação de investimentos nacionais ou estrangeiros.

2 – Incluem-se no objeto da InvestBraga o desenvolvimento de atividades para a dinamização económica, promoção do empreendedorismo e a organização e realização de exposições e feiras, congressos e outros eventos de caráter socioeconómico, cultural, desportivo, recreativo e turístico.

3 – A InvestBraga pode exercer atividades acessórias relacionadas com o seu objeto principal, designadamente atividades complementares ou subsidiárias das suas promoções e realizações, podendo ceder a título gratuito ou oneroso instalações e equipamentos para realizações idênticas promovidas por terceiros.

4 – Constituem atribuições da InvestBraga:

- a) Promover a articulação dos agentes económicos locais, nacionais e internacionais para objetivos comuns de dinamização económica e a atração de investimento nacional e internacional;
- b) Promover a inovação e a valorização das atividades económicas locais;
- c) Promover o empreendedorismo e a criação de novas empresas e novos negócios;
- d) Desenvolver atividades de feiras/certames, congressos e outros eventos que aumentem a visibilidade de Braga e apoiem a atração de investimento e o

desenvolvimento económico;

- e) Contribuir para a promoção dos agentes económicos e culturais da região de Braga, através de ações a desenvolver a nível nacional e internacional;
- f) Proporcionar às populações o conhecimento dos progressos técnicos e científicos ocorridos nos diversos setores de atividade económica;
- g) Contribuir para a dinamização do património económico, histórico e cultural do Município e da população de Braga;
- h) Cooperar com as entidades interessadas na promoção de manifestações culturais, desportivas e de outra natureza;
- i) Prestar ampla informação sobre as suas realizações;
- j) Promover estudos visando o conhecimento dos centros de interesse da população e dos diversos agentes, com vista à promoção de iniciativas conformes.
- k) Adquirir para revenda e alienar bens móveis e imóveis;
- l) Gerir imóveis próprios;
- m) Construir, implementar e gerir parques industriais e empresariais;
- n) Desenvolver um programa de apoio à reabilitação urbana;
- o) Desenvolver soluções de infraestruturação em áreas de reabilitação urbana e em áreas de gestão urbana especial;
- p) Exercer todas as competências delegadas pelo Município de Braga para efeitos de gestão e reabilitação urbana;
- q) Desenvolver uma política de captação, atração e acompanhamento do investimento privado, seja ele nacional ou investimento direto estrangeiro, que contribua estrategicamente para o tecido económico e social do Concelho, gerando postos de trabalho e riqueza;

Em suma, visamos o desenvolvimento da nossa organização, de modo a que esta se torne uma referência a nível regional e nacional, no setor da dinamização económica e atração de investimentos e na promoção de feiras, congressos e eventos, designadamente na vertente de congressos eventos e espetáculos.

III – ESTRUTURA DE CAPITAL

A IB – Agência para a Dinamização Económica, E.M é uma empresa municipal cujo capital social é detido a 100% pelo Município de Braga. O capital social da empresa é de € 175 000,00 (cento e setenta e cinco mil euros)

IV – ÓRGÃOS SOCIAIS

1 - São órgãos sociais da InvestBraga em cumprimento do art. 25º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto e em conformidade com o definido no art.º 6.º dos seus Estatutos:

- O Conselho de Administração;
- O Fiscal Único;
- A Assembleia geral.

- **Conselho de administração**

O Conselho de Administração é constituído por 3 membros:

A composição deste órgão sofreu alterações durante o ano de 2018 apresentando a seguinte estrutura entre 01/01/2018 e 31/12/2018:

- Carlos Nuno Alves de Oliveira, Presidente do Conselho de Administração e não remunerado, que exerceu funções entre 01/01/2018 e 31/10/2018.
- Carlos Duarte Oliveira e Silva, Administrador Executivo remunerado, que exerceu funções entre 01/01/2018 e 31/12/2018.
- Emília de Fátima de Oliveira Vieira, Administradora não Executiva e não remunerada, que exerceu funções entre 01/01/2018 e 31/10/2018.
- Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, Presidente do Conselho de Administração e não remunerado, que exerceu funções entre 01/11/2018 e 31/12/2018.
- Cláudia Maria Neves Simões, Administradora não Executiva e não remunerada, que exerceu funções entre 01/11/2018 e 31/12/2018.

O Administrador Executivo exerce o respetivo mandato a título executivo, nos termos do disposto no art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, em conformidade com o prescrito no n.º 5 do art.º 30.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

As condições remuneratórias do administrador executivo são as seguintes:

- Uma remuneração base de 3 052,80 euros sujeita às reduções previstas nos art.ºs 11.º e 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, a ser paga 14 vezes por ano, e que corresponde ao valor da remuneração de Vereador a tempo inteiro no Município de Braga. A esta remuneração acrescem despesas de representação no valor de 592,52 euros, a serem pagas 12 vezes por ano bem como subsídio de refeição no montante estabelecido para os trabalhadores da administração pública fixado em 4,77 euros.

No administrador Executivo foram delegadas, pelo Conselho de Administração, um conjunto de competências, autorizando-o a vincular a empresa em áreas que concretizem a gestão corrente

da empresa, permanecendo no órgão colegial o acervo de poderes insuscetíveis de serem delegados, nos termos do disposto no art.º 406.º do Código das Sociedades Comerciais.

O Administrador executivo:

- Depositou na Procuradoria-Geral da República, nos 60 dias subsequentes à respetiva designação tomada de posse, uma declaração de inexistência de incompatibilidades ou impedimento, nos termos e em conformidade com o disposto no art.º 22.º, n.º 8 do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, e art.º 11.º da Lei 64/93, de 26 de agosto;

- Indicou, por escrito, à Inspeção-Geral de Finanças todas as participações e interesses patrimoniais que, direta ou indiretamente, detivesse na empresa para a qual foi designado a exercer funções ou em qualquer outra, nos termos previstos no art.º 22.º, n.º 9 do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março;

- Declarou aos órgãos sociais da empresa, bem como à Inspeção-Geral de Finanças, as eventuais participações sociais detidas na empresa, assim como as relações mantidas com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesses, nos termos do disposto no art.º 52.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro;

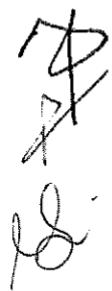
- Apresentou, no Tribunal Constitucional, no prazo de 60 dias contados do início do exercício das respetivas funções, declaração dos seus rendimentos, bem como do seu património e cargos sociais, nos termos do Regime Jurídico de Controlo Público da Riqueza dos Titulares de Cargos Políticos, conforme imposto pelo art.º 1.º da Lei n.º 4/83, de 2 de abril;

A avaliação de desempenho do administrador executivo da empresa é realizada nos termos previstos no n.º 3 do art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março e republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, implicando uma proposta do único detentor do capital a formular em Assembleia Geral.

• Fiscal Único

A fiscalização da empresa cabe ao Fiscal Único designado em 30 de abril de 2018, pela Assembleia Municipal de Braga, nos termos do disposto no n.º 3 do art.º 26.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, a quem cabe, a para do cumprimento das obrigações gerais consignadas no Código das Sociedades Comerciais, as obrigações específicas estabelecidas no n.º 6 do art.º 25.º do citado regime jurídico das empresas locais.

Para o mandato em curso, o Fiscal Único é a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, S.R.O.C., Lda., representada por Fátima Cristina dos Santos Amorim Barroso Gonçalves, tendo sido designado, como suplente, Anabela Barbosa Dias.



- **Assembleia Geral**

A composição deste órgão sofreu alterações durante o ano de 2018 apresentando a seguinte estrutura entre 01/01/2018 e 31/12/2018:

- Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, como representante do Município de Braga, nomeado ao abrigo do disposto no art.º 26.º, n.º 2, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, por deliberação daquela Câmara de 23 de outubro de 2017, no período de 01/01/2018 a 30/10/2018.

- Olga Maria Esteves de Araújo Pereira, como representante do Município de Braga, nomeado ao abrigo do disposto no art.º 26.º, n.º 2, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, por deliberação daquela Câmara de 31 de outubro de 2018, a partir de 31/10/2018.

A Mesa da Assembleia Geral é composta pelos seguintes membros:

Presidente:

- Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, como representante do Município de Braga, nomeado ao abrigo do disposto no art.º 26.º, n.º 2, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, por deliberação daquela Câmara de 23 de outubro de 2017, no período de 01/01/2018 a 30/10/2018.

- Olga Maria Esteves Araújo Pereira, como representante do Município de Braga, nomeado ao abrigo do disposto no art.º 26.º, n.º 2, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, por deliberação daquela Câmara de 31 de outubro de 2018, portadora do Cartão de cidadão n.º 10557097 e contribuinte n.º 209675667, a partir de 31/10/2018.

Secretário:

- Olga Maria Esteves Araújo Pereira, portadora do Cartão de cidadão n.º 10557097 e contribuinte n.º 209675667, entre 01/01/2018 e 30/10/2018.

- António Carlos Vieira Barroso, portador do Cartão de cidadão n.º 11065469 e contribuinte n.º 213138409, a partir de 31/10/2018.

Considerando a composição da estrutura do capital social, fruto da existência de um único titular do capital, todas as deliberações tomadas em Assembleia Geral são-no sem oposição.

A presença e participação na Assembleia Geral dos intervenientes acima identificados não é remunerada nem objeto de qualquer tipo de compensação, financeira ou outra.

V – ORGANIZAÇÃO INTERNA

- **Estatutos e Comunicações**

Os Estatutos da atual InvestBraga foram aprovados por escritura em 10 de dezembro de 1998 aquando da constituição da empresa PEB – Empresa Parque de Exposições de Braga, E.M.

Por deliberação da Assembleia Municipal de Braga de 28 de fevereiro de 2014 foi aprovada a alteração da denominação social da empresa municipal PEB – Empresa Parque de Exposições de Braga, E.M., para IB – Agência para a Dinamização Económica, EM.

Os atuais Estatutos resultantes da reformulação total do pacto foram aprovados por deliberação da Assembleia Municipal de Braga de 27 de junho de 2014.

As eventuais irregularidades devem ser comunicadas ao superior hierárquico que as reporta à respetiva chefia, devendo em casos de maior gravidade ser comunicadas ao Conselho de Administração, com a maior brevidade possível. Todos os dirigentes estão sensibilizados para em caso de eventual irregularidade ou ilegalidade encetar todas as diligências necessárias para as comunicar ao Conselho de Administração, imediatamente, para que possam ser tomadas todas as providências no sentido da sua correção ou eventual reporte às entidades competentes.

A InvestBraga ainda não tem um Plano de Prevenção dos Riscos de Corrupção de acordo com a Recomendação n.º 1/2009 do Conselho de Prevenção da Corrupção.

- **Controlo interno e gestão de riscos**

A empresa dispõe de um conjunto de estratégias, políticas e procedimentos definidos pelo Conselho de Administração, para garantir um desempenho eficiente e rentável da atividade, a disponibilidade de informação financeira e de gestão fiável e o mais completa possível e o respeito de todas as leis e regulamentos aplicáveis.

Ao nível financeiro, para além das medidas de controlo interno implementadas, destacam-se as auditorias realizadas periodicamente pelo Fiscal Único.

Ressalva-se que o processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos encontra-se atualmente ainda pouco estruturados, estando a Administração consciente da necessidade de implementação de processos de melhoria e aperfeiçoamento.

Relativamente ao processo de divulgação de informação financeira, refere-se que esta é comunicada nos prazos previstos a todas as entidades competentes.

- **Sítio da Internet**

Está divulgada no sítio da internet da InvestBraga (www.investbraga.com) alguma informação mencionada no art.º 43.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, designadamente:

- Contrato de sociedade e Estatutos;
- Estrutura do Capital social;
- Identidade dos membros dos órgãos sociais e respetiva nota curricular;
- Remuneração dos membros dos órgãos sociais;
- Documentos de prestação de contas, designadamente o relatório anual do órgão de gestão ou administração, o balanço, a demonstração de resultados e o parecer do órgão de fiscalização;

- Pareceres do Fiscal Único, previstos no art.º 25.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto

VI – REMUNERAÇÕES

Conforme já referido anteriormente, os membros da assembleia Geral exercem funções não remuneradas e relativamente ao Conselho de Administração apenas o Administrador Executivo exerce funções remuneradas.

A InvestBraga tem um Fiscal Único cuja remuneração anual em 2018 foi de € 5 387,04, de acordo com o contrato firmado entre as partes.

Relativamente à remuneração do pessoal o Conselho de administração tem deliberado normalmente aplicar valores equivalentes aos fixados para a função pública.

VII – TRANSAÇÕES COM AS PARTES RELACIONADAS

Foram realizadas transações com entidades do perímetro municipal conforme referido no ponto 7 do Anexo.

VIII – ANÁLISE DE SUTENTABILIDADE DA EMPRESA NOS DOMÍNIOS ECONÓMICO, SOCIAL E AMBIENTAL

Em 2018 os serviços prestados pela InvestBraga sofreram uma variação de +85,06% o que correspondeu a um acréscimo de 727 431,76€ relativamente a 2017.

Relativamente ao valor previsto nos Instrumentos de Gestão Previsional para 2018 os serviços prestados apresentaram uma execução de 98,22%, o que correspondeu a um desvio de - 28 703,80€.

Os subsídios à exploração registaram um acréscimo de 2,16% o que correspondeu a um aumento de 10 606,35€.

O montante dos subsídios à exploração concedidos pelo Município registou um acréscimo de 9,02% (28 084,00€) relativamente a igual período do ano anterior. Durante o ano de 2018 foram ainda contabilizados subsídios do Programa Operacional Norte 2020 – Sistema de Apoio às Ações Coletivas (Intermunicipal) relativos aos projetos: Qualificar o Cávado, Internacionalizar o Cávado e Empreendedorismo no Cávado no valor global de 161 783,76 euros.

Os fornecimentos e serviços externos em 2018 foram de 1 187 779,77€, o que significa que houve um acréscimo 60% relativamente ao ano anterior.

Relativamente ao valor previsto nos Instrumentos de Gestão Previsional para 2018 os fornecimentos e serviços externos apresentaram uma execução de 106,88% o que correspondeu a um acréscimo de 176 416,91€.

O resultado líquido positivo obtido em 2018 pela InvestBraga, contribuiu para o aumento do Capital Próprio conjuntamente com a cobertura dos resultados negativos antes de impostos de 2017 efetuada pelo Município, apesar da redução relativa ao reconhecimento na demonstração dos resultados dos subsídios de investimento necessários para balanceá-los com os gastos relacionados com as respetivas depreciações e aos ajustamentos em subsídios pela aplicação da Faq 13 da Comissão de Normalização Contabilística.

Braga, 15 de março de 2019

O Conselho de Administração

O Presidente do CA:  _____

O Administrador Executivo:  _____

O Administrador não Executivo:  _____